

# O editor e o seu ofício<sup>1</sup>

Mariana Warth

## *Introdução*

**P**ublicar livros no Brasil ou no Reino Unido é uma tarefa, sob o ponto de vista profissional e editorial, similar. Mas, e quando se trata de um nicho de mercado como a publicação de autores afrodescendentes e suas histórias? Qual será o papel do editor neste contexto?

Este estudo de caso discute o papel do editor ao publicar livros escritos por autores afrodescendentes no Brasil e no Reino Unido, e o impacto das obras em ambas as sociedades. O paralelo entre os dois países torna-se uma questão cultural interessante e demonstra comportamentos similares em sociedades desenvolvidas e em desenvolvimento no tocante ao comprometimento em publicar livros com propósitos sociais. O editor é um importante agente que é capaz de dar voz a minorias/excluídos ao realizar seu trabalho.

Além disso, o artigo enfoca essa discussão construindo suas bases na história do Brasil e na do Reino Unido. Ao componente historiográfico, acrescenta o debate do campo dos estudos culturais, dedicando uma seção inteira a investigar a maneira com que se molda um diálogo consistente entre teoria e prática ou, em outras palavras, o que está por trás do trabalho do editor e o que o editor pensa a respeito de seu próprio trabalho no contexto de publicar livros com comprometimento social.

## ***Um pouco de história***

A história do Brasil e a do Reino Unido têm alguns pontos em comum durante o período colonial (1500-1822), pontos estes que se encontram exatamente no foco de nossa discussão: a escravidão e a população negra de ambos os países. O tráfico de populações da África foi um importante negócio até 1830, quando a Inglaterra o aboliu mais interessada nos futuros mercados para sua Revolução Industrial. Entretanto, a Grã-Bretanha era o maior comerciante de escravos durante esse período e obtinha grandes lucros a partir desta transação.

As populações brasileiras e britânicas possuem diferentes heranças deste período. Entretanto, é fundamental para esta pesquisa observar como essas populações tornaram-se o que são nos dias de hoje.

### ***Brasil***

Os africanos negros chegaram ao Brasil no início do século XVI quando uma rota triangular foi estabelecida entre a Europa, a África e a América na qual os negros eram simplesmente um produto entre outros, como o açúcar e outros bens manufaturados que seriam comercializados e trocados.

No início deste comércio triangular, os navios negreiros que costumavam trazer escravos eram em sua maioria portugueses. Entretanto, no século XVIII, eram a Holanda e a Inglaterra que obtinham lucro a partir desta negociação.

No século XVII, brasileiros e portugueses estabelecidos no Brasil eram considerados os maiores traficantes de escravos. Eles trocavam os escravos por cachaça e tabaco de baixa qualidade. O ouro também foi um bem importante recebido pelos europeus como forma de pagamento pelos escravos.

### ***As raízes africanas***

No século XVII, o ciclo da Guiné terminou e o ciclo de Angola tinha início, trazendo para o Brasil muitos milhares de escravos. A maioria deles era do grupo Banto: Congos (ou Cabindas), Benguelas e Ovambos. Eles foram introduzidos em Pernambuco e no Rio de Janeiro de onde eram levados para Minas Gerais e São Paulo.

No início do século XVIII, o ciclo da Costa do Marfim (atualmente Benin e Daomé) começou, trazendo mais de 1,3 milhão de escravos para o Brasil. Neste período, as populações capturadas foram: Iorubas (ou Nagôs), Jejes (ou Daomeanos), Minas, Hauças, Tãpas e Bornus. Nesta época, os brasileiros já tinham se tornado os mais eficientes traficantes de escravos deixando para trás portugueses, holandeses,

espanhóis e ingleses. Este ciclo permaneceu ativo até 1815, quando a Inglaterra aboliu o tráfico de escravos. De 1815 a 1851, mesmo sendo ilegal, o tráfico ainda era uma realidade entre nós e, de acordo com alguns historiadores, em escalas ainda maiores e em condições mais inapropriadas do que antes.

De acordo com o jesuíta Antonil (apud Bueno, 2003: 118), os escravos eram “as mãos e os pés de seus senhores”.

A mistura de negros e brancos no Brasil ocorreu material e sexualmente, mas nunca deixou para trás o problema do preconceito – em especial porque, de acordo com Florestan Fernandes (apud Bueno, 2003: 121), sempre houve “uma relação direta entre o preconceito racial e a preservação da ordem do senhor”, simplesmente porque o próprio preconceito era (e ainda é) um elemento perpetuador da segregação racial.

Quatro milhões e meio de escravos foram trazidos para o Brasil durante três séculos de tráfico.

### *A contribuição cultural dos negros para a sociedade brasileira*

A formação cultural chamada de “brasileira” é resultado da miscigenação de diferentes civilizações africanas com culturas de matriz européia predominantemente portuguesa e indígena. A comida que comemos, a música que dançamos e cantamos, a linguagem que falamos, a religião que seguimos possuem profundas influências africanas, quando não possuem uma herança completa.

Por exemplo, o samba, um ritmo internacionalmente conhecido, teve suas origens na África, combinando batidas de tambor, maxixes e lundus europeus. A feijoada, a capoeira, o vatapá (comida típica), o candomblé (religião), marcas registradas do Brasil, tiveram todas suas origens na África.

A mesma “africanização” não se reflete na estrutura da linguagem, mas possui uma larga influência no vocabulário do português falado no Brasil. É importante mencionar que os caminhos que levam à miscigenação e às “transfusões” culturais são sempre mais livres, dinâmicos e impossíveis de serem contidos do que as barreiras econômicas e sociais virtualmente impostas pelo regime escravista. Sendo assim, a mistura multiétnica da qual a cultura brasileira se originou é principalmente responsável por, de acordo com Gilberto Freyre (apud Bueno, 2003: 120), “um *status* estritamente colonizado e sub-europeu”.

Isso significa que nossa maneira de pensar e lidar com os valores simbólicos é extremamente africana. Entretanto, o discurso oficial coloca de lado a efetiva contribuição das sociedades africanas no processo civilizatório do país posicionando a Europa como o principal ator neste enredo.

“O Brasil tem o corpo na América e a alma na África”, escreveu o Padre Antonio Vieira (apud Bueno, 2003: 121) no século XVII.

## Reino Unido

Durante a Idade Média, havia poucas pessoas negras na Inglaterra e eles tinham a função de entreter o séquito real. Tocavam tambores ou trompetes em Edimburgo ou na Londres de Henrique VII e de seu filho, Henrique VIII.

Entretanto, a “descoberta” de novas terras chamadas de “Novo Mundo” mudou esse quadro. Europeus, na sua maioria, estabeleceram latifúndios nas Américas e precisavam de mão-de-obra barata para esse tipo de serviço. Assim, os britânicos começaram a comprar escravos do comércio escravista existente no norte da África. No mesmo período, os africanos já haviam vendido escravos para portugueses e espanhóis que os adquiriam para levá-los para os latifúndios. Em 1562, porém, John Hawkins realizou a primeira investida inglesa neste tipo de comércio quando vendeu 300 africanos do oeste para latifundiários no Haiti. Winder (2004: 96) relata:

De qualquer forma, a maioria das pessoas encarava o comércio de escravos como algo quase natural, parte da “maneira como as coisas eram”. Um dos arrojados navegadores da Rainha Elizabeth, John Hawkins, descobriu em suas “expedições de mergulho” para as Ilhas Canárias que os “negros” eram uma “excelente mercadoria” na Hispaniola – as colônias espanholas na América do Sul. Ele alugou três navios e viajou para a Guiné, onde, “parte pela espada e parte por outros meios”, reuniu trezentos africanos sobre sua custódia. Milhares de milhas a oeste, ele os vendeu por um tesouro que incluía gengibre, couro, açúcar e pérolas, e ficou tão orgulhoso de si mesmo que posteriormente adicionou a figura de um escravo acorrentado ao seu brasão.

Durante os anos de 1713 e 1772, muitas coisas mudaram no mapa político mundial. A Inglaterra era, então, capaz de explorar o Novo Mundo. Muitos mercadores de Liverpool, Bristol, Glasgow e Londres investiram na expansão do comércio de escravos e trouxeram riquezas no seu retorno à Inglaterra, permitindo à economia local acumular um capital que vai acabar patrocinando a Revolução Industrial. Por volta de 1759, a sociedade consumidora britânica havia nascido. Os jornais disponibilizavam mais espaço para os anúncios que para as notícias; e, nesta época, de acordo com uma aproximação pouco exata, 140.000 novas lojas foram abertas pelo reino (Winder, 2004: 98).

Nesse mesmo período, 180.000 escravos foram transportados para Barbados, onde trabalharam em plantações de cana-de-açúcar; 50.000 deles morreram graças a doenças, desnutrição, negligência ou assassinato.

Sobre a população negra na Inglaterra, Winder (2004: 99) apresenta algumas estatísticas de acordo com relatórios da época. Na Grã-Bretanha, as ramificações sociais causadas pelo comércio de escravos como um todo foram modestas:

A *Gentleman's Magazine* de 1764 clamava que havia 20.000 “servos negros” apenas em Londres; e, no ano seguinte, a *Morning Gazette* arriscava a opinião de que havia 30.000 em todo o país; em 1788, Gilbert Franklyn sugeriu que havia 40.000. Entretanto, todos estes palpites alarmistas eram inflamados pelo desejo de que os africanos fossem postos em navios – longe da vista e do pensamento, mas não, obviamente, longe do bolso – rumando para os temíveis campos de trabalho no oeste.

Na década de 1810, o movimento abolicionista tornou-se mais forte e popular no país. Em 1807, o Parlamento proibiu o comércio de escravos, o que foi um passo para a abolição da escravatura em todo o Império Britânico, em 1833.

## **Brasil versus Reino Unido**

Ao passo que a população negra foi central na estruturação da cultura, da história e de características gerais do Brasil, o mesmo não se verifica no Reino Unido. Apesar de possuir escravos negros e de serem grandes comerciantes de escravos, durante pelo menos dois séculos, os britânicos podiam usar o trabalho escravo em suas próprias colônias ou, quando nos Estados Unidos, podiam até mesmo enviá-los para freqüentar a escola.

O movimento abolicionista no Reino Unido não parecia ser puramente humanista quando o país se aproximava da Revolução Industrial e a economia da sociedade não era baseada no trabalho escravo. Por outro lado, no Brasil, a estrutura econômica da sociedade fez todo o possível para manter a escravidão até o último momento. Sob intensa pressão política interna e externa, a escravatura foi abolida no Brasil apenas em 1888, mas as populações negras foram largadas à própria sorte. Analfabetas e pobres, essas pessoas libertas começaram a viver à margem da sociedade.

O resultado desse processo é que enquanto o Brasil possui uma cultura com raízes muito diferentes, mas que foram mescladas em uma só, na Grã-Bretanha isso parece ser mais segregado ou, melhor dizendo, criou-se uma sociedade multicultural.

No Reino Unido, há muitas culturas diferentes, como a chinesa, nigeriana, jamaicana, indiana, paquistanesa e bangladeshiana, que se encontram no mesmo território, mas permanecem segregadas em seu próprio grupo cultural. Esses grupos, entretanto, fazem parte da sociedade, não por influência de seus hábitos e costumes, mas, por exemplo, por exercerem atividades profissionais diretamente ligados à população local (tais como policiais ou membros das forças armadas, por exemplo).

Se as populações negras no Reino Unido somam apenas 2% de um total de 54 milhões de cidadãos, em imenso contraste com o Brasil, onde as populações negras atingem quase 50% em seus 180 milhões de habitantes, qual é a relevância da

discussão sobre a ficção e a reflexão de um modo geral escrita por afrodescendentes e seu impacto no Reino Unido e no Brasil?

Esta questão nos dá uma possibilidade para pensarmos a respeito de que vozes devem ser ouvidas nessas sociedades; como essas sociedades lidam com conceitos subjetivos como raça, diferença, cultura, multiculturalismo, minorias, excluídos e alguns outros que surgem ao longo desta discussão e, o mais importante, o impacto de haver livros escritos por esse nicho específico chegando ao *mainstream* e alcançando o público em geral.

### **Alguns conceitos para discussão: raça, identidade, diferença, cultura, multiculturalismo**

É impossível discutir a relevância de publicar autores ingleses negros ou escritores brasileiros negros sem entender como é ser negro nessas sociedades. E ser negro também significa discutir conceitos relacionados a preconceito, identidade, diferença, cultura e multiculturalismo (conceito este que igualmente se cruza com a globalização) no contexto de ambas as sociedades em análise.

A abolição da escravatura no Brasil era mais uma conquista intelectual do que uma mudança econômica, embora ambas tenham ocorrido ao mesmo tempo. Este cenário difere do impacto da abolição na Europa, onde o liberalismo acompanhou a Revolução Industrial e tecnológica que estava sendo aplicada para desenvolver a sociedade (Skidmore, 1998: 27). A abolição não trouxe para o Brasil as transformações sociais esperadas e o país continuou a ter uma economia agrária. Por volta do século XIX, o Brasil já apresentava um complexo sistema racial considerado pluralista ou multirracial (contrastando com o sistema bi-racial da América do Norte).

Sendo assim, ser negro no Brasil é algo que pode estar conectado com o fentótipo, em ser mais ou menos negro, em ser mulato ou poder ainda ser relacionado com o nível social do indivíduo<sup>2</sup>. O país submeteu a população a um “clareamento” no início do período republicano (Skidmore, 1998: 39).

Ser negro no Reino Unido é algo muito diferente. A sociedade britânica não possui um passado de populações miscigenadas e não há cores “intermediárias” que possam ser consideradas britânicas.

O *background* é muito forte e a segregação entre as populações parece ser ainda mais intensa. Há a colonização cultural que é “firmada pelas questões de poder” (Hall, 1991: 4), mas não uma miscigenação que alcança a mudança de cor da pele.

Entretanto, quando discutimos identidade, a questão se torna outra. A identidade passa através de outro canal de comunicação, cultura e, especialmente, a auto-identificação e a identificação pelos outros de quem se é. Stuart Hall (1991: 6) diz que “sem os outros não há ego, não há auto-identificação”. No contexto de

seu discurso sobre a identidade afro-caribenha, ele menciona muitos elementos de identificação cultural os quais são normalmente combinados com o que é ser negro no Caribe com o *background* da colonização e o que é ser negro no Reino Unido com o mesmo *background* de colonização. O que surge em qualquer situação é o sentimento de não pertencer realmente a nenhum lugar e nem ao menos à Mãe África. “As diásporas africanas no Novo Mundo têm sido, de uma maneira ou de outra, incapazes de encontrar um lugar na História moderna sem o retorno simbólico à África” (Hall, 1991: 7).

É muito interessante observar como o conceito de identidade é entendido através de um ponto de vista cultural em vez de um aspecto psicanalítico<sup>3</sup>. Essa questão pode ser discutida através de outros pontos de vista, mas o que é importante para esse estudo é o foco no aspecto cultural.

Definir o que é identidade pode não ser possível de acordo com muitos elementos diferentes que o conceito envolve. Quando falamos a respeito de identidade, temos de mencionar história, comunidade, diferenças, similaridades, modernidade, o processo de globalização e o que é identificar uma tribo, uma idéia ou outra pessoa. A identidade pode ser encontrada em diferentes campos e de diferentes maneiras de acordo com a situação ou o propósito da necessidade de identificação. Então podemos também cruzá-la com conceitos como pessoas excluídas ou minorias que podem se identificar umas com as outras de acordo com situações sociais similares ou por encontrarem-se em desvantagens semelhantes na sociedade. A identidade pode vir à tona através de comportamento, religião, hábitos, linguagem, vestimentas ou tradição.

No contexto dos afrodescendentes, a identidade pode ser algo inatingível ou não vivido como era no passado de seus ancestrais e permanecem nos dias de hoje como memórias de acontecimentos não vividos, mas possuidores de uma nostalgia sofrida.

Identidades são então constituídas no interior, não sendo representações externas. Elas relatam para a invenção da tradição tanto quanto a própria tradição, o que faz com que elas nos obriguem a compreendê-las não apenas como uma eterna reiteração, mas como um “jogo de mudança” (Gilroy, 1994): não o assim chamado retorno às raízes, mas chegar a um acordo com nossas “rotas”. Elas surgem da narrativização do ego, mas a natureza ficcional deste processo de forma alguma mina sua efetividade discursiva, material ou política, mesmo se o pertencimento, a “costura da história” através da qual a identidade surge é, em parte, no imaginário (assim como é simbólica) e, então, sempre, em parte construída na fantasia, ou ao menos dentro de um campo fantasmático (Hall, 1996: 4).

Cruzando conceitos do que é a identidade com outros, é importante discutir, então, o que é ser diferente. Quem precisa de identidade? E quem precisa de diferença? Trata-se de uma visão de dentro e de fora para ambos os termos.

Identidades são formadas no ponto instável onde as histórias “indizíveis” da subjetividade encontram as narrativas de uma história, uma cultura. E desde que o sujeito colonizado é posicionado em relação às narrativas culturais das quais tem sido profundamente expropriado, ele ou ela é sempre “outro lugar”: duplamente marginalizado, deslocado, sempre outrem diante do que o sujeito é ou a partir do que é capaz de falar (Stuart Hall, 1987).

Ambas identidades e diferenças geram estereótipos para identificação e diferenciação. Às vezes, as diferenças são mais facilmente vistas que a identidade. Hábitos diferentes, roupas ou comidas diferentes, mas, principalmente, fés diferentes, pensamentos diferentes. E isso é importante para destacar a obrigação de compreender de formas variadas o que é ser similar e o que é ser diferente e quem precisa aproximar ambos entendimentos em um contexto de sociedades com características culturais múltiplas, como o Brasil e o Reino Unido.

Para melhor compreender as diferenças culturais na sociedade, Hall (2001: 3) utiliza o termo multiculturalismo e, em um contexto atual, ele diz: “O multiculturalismo comercial explora e consome a diferença através do espetáculo do ‘outro’ exótico. O multiculturalismo corporativo gerencia a diferença nos interesses do centro”.

Em outras palavras, o termo multiculturalismo procura sintetizar a idéia de como lidar com diversas sociedades diferentes compostas por pessoas com diferentes *backgrounds*, história, culturas, experiências e posição no *ranking* ditado pela ordem mundial (Hall, 2001)<sup>4</sup>.

De acordo com outro ponto de vista, o conceito de multiculturalismo é cruzado pelo conceito da assim chamada globalização. Neste mundo onde a comunicação é tão rápida, as pessoas tentam identificar-se com as outras e reunir-se no que é chamado de “tribos”, com o mesmo comportamento e, em certos casos, com a mesma ideologia. Esse senso de homogeneização promovido pela globalização é regido pelas culturas dominantes e é muito semelhante a um “sistema para a adequação da diferença mais que um sinônimo de extermínio de todas as diferenças” (Hall, 2001: 10). Esta é apenas uma tentativa realizada por pessoas diferentes para se mesclar, entre tantas diferenças, em uma diversidade cultural, chamada por Stuart Hall de “Comunidades Cosmopolitas” (2001: 7).

Entretanto, esse movimento de globalização também possui oposições. Tais oposições se referem à compreensão desse movimento de mudança (ou de tentativa de mudança) todo ao mesmo tempo, o que é praticamente uma ilusão. “Junto com

as tendências de homogeneização da globalização há o que quero chamar de *proliferação das diferenças subalternas*” (Hall, 2001: 10). E esse é o alvo desta discussão. Entre todos os debates a respeito de o que é ser diferente, o que é a busca pela identidade entre as diversidades culturais, após poderosas relações de dominação na história da escravidão e da colonização, ainda há vozes que desejam resgatar as raízes para a melhor compreensão do mundo de hoje e as razões de ainda remanescerem relações de poder e repressão em culturas excluídas e minoritárias.

### **O papel do editor neste contexto**

A importância do editor surge da importância do significado social da profissão. Este é, na verdade, o ponto em que o tema principal deste artigo emerge. Aqui, nesta discussão, não falamos simplesmente sobre a publicação de livros e seu impacto nas sociedades de mídia de massa. Este não é o ponto. A verdadeira questão é: qual é a importância de tais publicações quando o livro se torna não apenas um artefato, um produto, mas seu principal propósito é expressar história e fazer com que as pessoas pensem a respeito dela.

Além disso, nos interessa a questão: o quão consciente de sua “missão” está o próprio editor? A conexão entre as identidades formadas por diferentes culturas e o que se torna um produto chamado livro, acontece quando essa importância social encontra o formato de culturas declaradas, temas e questões em um formato que pode não apenas alcançar um público maior como, ao mesmo tempo, pode declarar identidade e história para pessoas que normalmente não teriam acesso ao “discurso oficial” da história. O livro é um meio de comunicação de longa duração que permite que minorias / excluídos façam parte da história. E o agente que torna isso possível é o editor.

Depois de abordar conceitos tais como raça, identidade e multiculturalismo, e entender com um pouco mais de clareza as dinâmicas das sociedades brasileira e britânica, chegamos ao ponto em que devemos questionar estes conceitos aplicados à produção ficcional composta por autores afrodescendentes e publicada em ambos os países. O senso comum pode surgir quando entendemos o que significa ser publicado e, talvez, representar minorias – no caso do Reino Unido – ou excluídos – no Brasil. É importante notar – e é em parte exatamente isso que nos interessa aqui destacar – que os termos *minorias* e *excluídos* são substantivos que ganham carga adjetiva neste contexto, uma vez que, mesmo não sendo sinônimos, são normalmente relacionados na caracterização de grupos, rotulando-os.

O papel do editor parece surgir justamente nessas circunstâncias. Ele é o responsável por dar voz a esses escritores e estabelecer uma nova maneira de discutir identidades e diferenças evidenciando uma sociedade plural.

## Editor, o agente consciente

Para chegar à conclusão de que o editor é um agente consciente, algumas perguntas emergiram a partir da elaboração dos contextos apresentados. Entre elas: Qual é a importância de publicar esses autores na sociedade brasileira / britânica?; quem você acha que está procurando por uma identidade, as minorias / excluídos ou os outros?; qual é a aceitação desses títulos no mercado? E o que pensa a opinião pública?; você acredita que esses livros trazem, de alguma maneira, um novo tipo de inclusão dessas minorias/excluídos? Eles ajudam as pessoas a discutir temas como identidade, diferença, raça ou cultura?

Em pesquisa de campo, estas perguntas foram apresentadas a editores brasileiros e ingleses que têm esses temas como escolha editorial de suas empresas e as respostas foram elucidativas quanto ao fato de que, em ambas as sociedades, a despeito das tantas diferenças, dar voz aos menos favorecidos ou às minorias representa o seu compromisso com o tema, o que é feito de forma consciente e conseqüente ao seu trabalho como editor de livros.

Podemos entender que o compromisso para com um nicho é importante, mas não devemos perder de vista os resultados de vendas. Os editores estão seguros de sua escolha de área de atuação, mas eles sabem que esta produção/reflexão, esta linha de publicação, ainda precisa ser solidificada como um gênero. Opinião pública, boas resenhas e *marketing* ajudam, mas não são soluções. Este é um ponto da discussão. Será que o tempo poderá ajudar a fazer com que as pessoas pensem em assuntos como cultura, identidade, diferença, gerando com isso um aumento na procura por esses títulos? Será que políticas afirmativas refletirão em alguns anos o interesse das pessoas por esse campo? Que fatores são decisivos para que as pessoas pensem nesses temas?

Uma editora brasileira diz:

Em um país como o Brasil é especificamente desafiador dar voz a esse setor da população que se transforma de objeto em indivíduo ativo, formulando seus próprios problemas e teses, e não apenas produz uma literatura repleta de lamentações. Ao mesmo tempo, formulam teses com as quais muitos outros indivíduos se identificam, em diferentes situações de exceção em diferentes sociedades, produzindo títulos notáveis e definitivos com importância universal a partir da experiência afro-brasileira.

Assim, para o editor, esse esforço para espalhar idéias, trabalhar com problemas intrínsecos de sua própria sociedade é ao mesmo tempo uma necessidade e um desafio.

Em consonância, o inglês também declara:

É essencial que escritores de todas as descendências, incluindo, é claro, africanos, sejam representados no mercado editorial britânico. Vivemos em uma sociedade multicultural, multirreligiosa, e desde que é através das palavras e das histórias que fazemos sentido em nossas vidas e para nós mesmos, é crucial que os editores tentem representar essa multiplicidade.

E completa: “Todos estão procurando por uma identidade. A busca por um senso de ‘eu’ é universal. Mas é óbvio que esta procura é complicada por muitas coisas, incluindo a relação do indivíduo com a cultura ‘oficial’ da nação na qual vive”.

Em linhas gerais, os editores acreditam que, se o excluído se encontrar como protagonista de sua história, isso pode contribuir para a sua formação e auto-estima em sociedades que são tão segregacionistas. Mais do que isso, podem contribuir para a integração da população.

Finalmente, o panorama apresentado neste artigo tem gerado algumas discussões que ainda estão abertas e são infinitas do ponto de vista dos estudos culturais e da relação do editor com seu trabalho como agente de cultura. O editor demonstra-se consciente de seu papel social e, principalmente, consciente de sua importância ao publicar livros que promovem o debate e a tentativa de inclusão. Este estudo aponta para a necessidade de que os editores discutam a importância do seu ofício, atitude especialmente recomendada aos jovens profissionais, neste momento em que grande parte das empresas está voltada somente para escolhas editoriais capazes de promover resultados comerciais. É importante que jovens editores entendam o livro não apenas como um produto, mas também como um instrumento de comunicação, difusão de idéias e registro da história de povos e suas culturas. O presente artigo teve, a propósito, o objetivo de indicar alguns pontos relevantes para esta reflexão e terá sido bem-sucedido se, de algum modo, colaborar com o reconhecimento da necessidade do debate aqui indicado e das muitas questões que o compõem e complementam.

Mariana Warth

Editora da Pallas Editora

marianawarth@pallaseditora.com.br

## Notas

1. Um debate mais desenvolvido do tema aqui apresentado pode ser lido em meu projeto *Publishing African descendent writers in Brazil and in the UK: The role of the editor*, realizado no âmbito do Programa Alban de bolsas de Ensino Superior para a América Latina, concedidas pela União Européia.

2. "A cor da pele, a textura do cabelo, a face e outras características eram as determinantes da categoria racial na qual uma pessoa poderia ser posicionada por aqueles que a conheciam. A aparente riqueza e *status* de uma pessoa ao ser observada, indicados por suas roupas ou sua companhia social imediata, também influenciavam as reações do observador, como indicado pelo provérbio brasileiro "o dinheiro embranquece" "embora as instâncias observadas sejam normalmente aplicadas a mulatos claros" (Skidmore, 1998: 40).
3. Esta é uma importante menção aos estudos de Freud que desenvolvem o conceito de identidade relatado ao outro e finalmente entra no conceito de *différance*. Freud chama o conceito de identificação como "a mais precoce expressão de um elo emocional com outra pessoa" (Freud, 1921/1991).
4. "Sociedades onde as diferenças se recusam a desaparecer. O que quer dizer que onde uma homogeneidade cultural e social não declarada não pode ser assumida para prover um horizonte consensual implícito de ação, prática, política ou interpretação, todavia, há uma determinação para construir uma vida comum e, se possível, justa" (Hall, 2001: 5).

### Referências bibliográficas

- BUENO, Eduardo. *Brasil: uma história, a incrível saga de um país*. São Paulo: Editora Ática, 2003.
- FREYRE, Gilberto. *The History of Brazil: The Masters and the slaves, The Mansions and the Shanties and Order and Progress*. London: Secker & Warburgh, 1971.
- GILROY, Paul. *The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1993.
- HALL, Stuart. *The Multicultural Question*. UK: Pavis Paper in social and cultural Research. Number 4. The Open University Faculty of Social Sciences, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Different*. London/New York: Phaidon Press Limited, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Myths of Caribbean Identity*. UK: Centre for Caribbean Studies/University of Warwick, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Minimal Selves*. 1987.
- \_\_\_\_\_ e GAY, Paul du. *Questions of Cultural Identity*. London: Sage Publications, 1996.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: EDUSP, 1985.
- LINDOSO, Felipe. *O Brasil pode ser um país de leitores? Política para a cultura. Política para o livro*. São Paulo: Summus Editorial, 2004.
- MARX, Anthony W. *Making Race and Nation: A Comparison of South Africa, the United States and Brazil*. Cambridge: Cambridge Studies in Comparative Politics, 2002.
- OYEYEMI, Helen. *The Icarus Girl*. London: Bloomsbury, 2005.
- SKIDMORE, Thomas E. *Black into White: Race and Nationality in Brazilian Thought*. Durham, NC: Duke University Press, 1998.
- SMITH, Zadie. *White Teeth*. London: Hamish Hamilton, 2000.
- \_\_\_\_\_. *On Beauty*. London: Hamish Hamilton, 2005.
- THOMAS, Hugh. *The Slave Trade: The History of the Atlantic Slave Trade 1440-1870*. London: Macmillan Publishers, 1998.

WINDER, Robert. *Bloody Foreigners: The story of Immigration to Britain*. London: Little, Brown, 2004.

ZEPHANIAH, Benjamin. *Gangsta Rap*. London: Bloomsbury, 2004.

### **Resumo**

Este estudo de caso discute o papel do editor ao publicar livros escritos por autores afrodescentes no Brasil e no Reino Unido, e o impacto das obras em ambas as sociedades. Esse paralelo entre os dois países torna-se uma questão cultural interessante e demonstra comportamentos similares em sociedades desenvolvidas e em desenvolvimento no tocante ao comprometimento em publicar livros com propósitos sociais. O editor é um importante agente que é capaz de dar voz a minorias / excluídos ao realizar seu trabalho.

O panorama encontrado neste artigo tem gerado algumas discussões que ainda estão abertas e são infinitas no ponto de vista dos estudos culturais e da relação do editor com seu trabalho como agente de cultura. O editor demonstra-se consciente de seu papel social e, principalmente, consciente de sua importância ao publicar livros que promovem o debate e a tentativa de inclusão.

### **Palavras-chave**

Papel do editor; Multiculturalismo; Minorias; Excluídos.

### **Abstract**

This case study discusses the role of the editor when publishing books written by African descendent authors in Brazil and in the UK and the book's impact on both societies. This parallel between the two countries turned into an interesting cultural issue and shows similar behaviors in developing and developed societies concerning the commitment to publishing books with social purposes behind them. The editor is an important agent that is able to give speech to minorities/excluded by doing his job.

It was concluded that some discussions are still open and are endless in the point of view of cultural studies and the relationship of the editor with his work as an agent of culture. The editor appears to be aware of his role in the society and, mainly, aware of the importance of publishing books with not only literary value but also with a social relevance to the society.

### **Key-words**

Editor's role; Multiculturalism; Minorities; Excluded.